

Suplicy denunciara erros no orçamento

BRASÍLIA — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) não pretende esperar pelo dia 8 — quando o relator do orçamento para 92, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), promete entregá-lo para a sanção presidencial — para obter uma cópia. Certo de que o atraso ocorre pela falta de critérios na confecção e pelo atendimento de interesses clientelistas de última hora, Suplicy pretende pegar uma cópia na segunda-feira, “esteja ela como estiver”.

O senador vai descobrir que o orçamento está sendo feito, na prática, por 15 técnicos do Departamento de Orçamento da União e do Centro de Processamento de Dados do Senado. Eles tentam fazer coincidir os números do relatório com o valor global do orçamento, de Cr\$ 51,3 trilhões. O deputado acatou 600 emendas que destinam recursos a áreas de interesse dos parlamentares, sem detalhar de onde sairão as verbas. Cabe aos técnicos decidir que obra será cancelada ou terá menos recursos.

Na segunda-feira, Suplicy vai tentar entender essa obra que o Executivo propõe, os parlamentares alteram e os técnicos viabilizam. Se a adaptação das idéias à realidade ainda não estiver concluída e os valores não coincidirem, o senador denunciara como são previstas as despesas.

O atraso na conclusão do orçamento é causado principalmente pelo acatamento na última hora de emendas de pequeno valor, para obras em bases eleitorais de deputados e senadores. Na maioria das vezes, são dotações menores de Cr\$ 10 milhões, que o prefeito aceita na esperança de que seu representante no Con-



Suplicy fará revisão na segunda-feira

gresso consiga uma suplementação no decorrer do ano.

Com dificuldades para conseguir aprovar seu relatório por acordo, Fiúza estimulou essa prática nos últimos dias da sessão legislativa do ano passado, sugerindo mesmo a parlamentares que tinham aprovado uma verba de, por exemplo, Cr\$ 200 milhões, dividi-la por quatro ou cinco e, assim, atender a quatro ou cinco bases eleitorais.

O acordo para a aprovação do Orçamento foi feito na madrugada do dia em que a lei foi aprovada. Na confusão do arranjo político, Fiúza esqueceu-se, ou não teve tempo, de retirar das fontes originais os recursos que destinava para o acatamento das novas emendas. Assim, a mesma despesa aparece duas vezes no orçamento, o que faz com que a soma das dotações não coincida com o valor global.